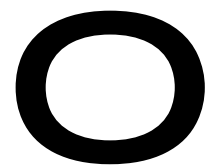




4.

Por uma convergência de interesses

NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA RMS, AGENTES DE DIVERSAS INSTÂNCIAS SE ENVOLVEM PARA GARANTIR O SUCESSO DAS OPERAÇÕES. DE REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL E EMPRESAS A ÓRGÃOS REGULADORES, CONFIRA COMO TODOS SE ORGANIZAM PARA QUE, COM TRANSPARÊNCIA, CONSIGAM ADMINISTRAR CONFLITOS, PRIORIZAR USOS E ATENDER ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO DE FORMA SUSTENTÁVEL.



Os recursos hídricos disponíveis nas bacias hidrográficas que atendem a RMSP também estão no radar de outras atividades além do abastecimento de residências, comércios e indústrias. Algumas represas são usadas para recreação, irrigação em pequena escala, geração de energia e até mesmo turismo. Portanto a gestão da água precisa contemplar essas diversas finalidades.

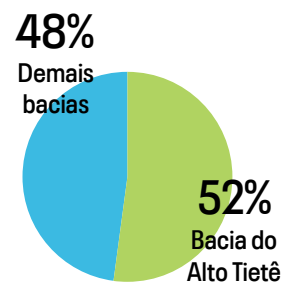
No Brasil, a Lei das Águas, formulada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) em 1997, é composta por seis princípios fundamentais que norteiam todas as partes interessadas, como órgãos de instâncias federais, estaduais e municipais, entidades acadêmicas, não governamentais e institutos de pesquisa, empresas de saneamento e a sociedade civil, que inclui pequenos empreendedores, proprietários rurais e cidadãos em geral.

As tomadas de decisão passam por um complexo conjunto de medidas de curto, médio e longo prazo, de natureza estrutural ou não estrutural, fruto de parcerias institucionais e de ações públicas. Em comum, os processos não podem perder a referência essencial ditada pela Lei das Águas, em que a água é um bem de domínio público, um recurso natural finito. Logo, suas fontes devem ser protegidas e recuperadas.

Já deu para perceber que não é nada simples reunir pessoas com propósitos de naturezas tão distintas. Mas ao longo dos anos as estruturas organizacionais foram se consolidando e tornando possível alcançar resultados com benefícios coletivos.

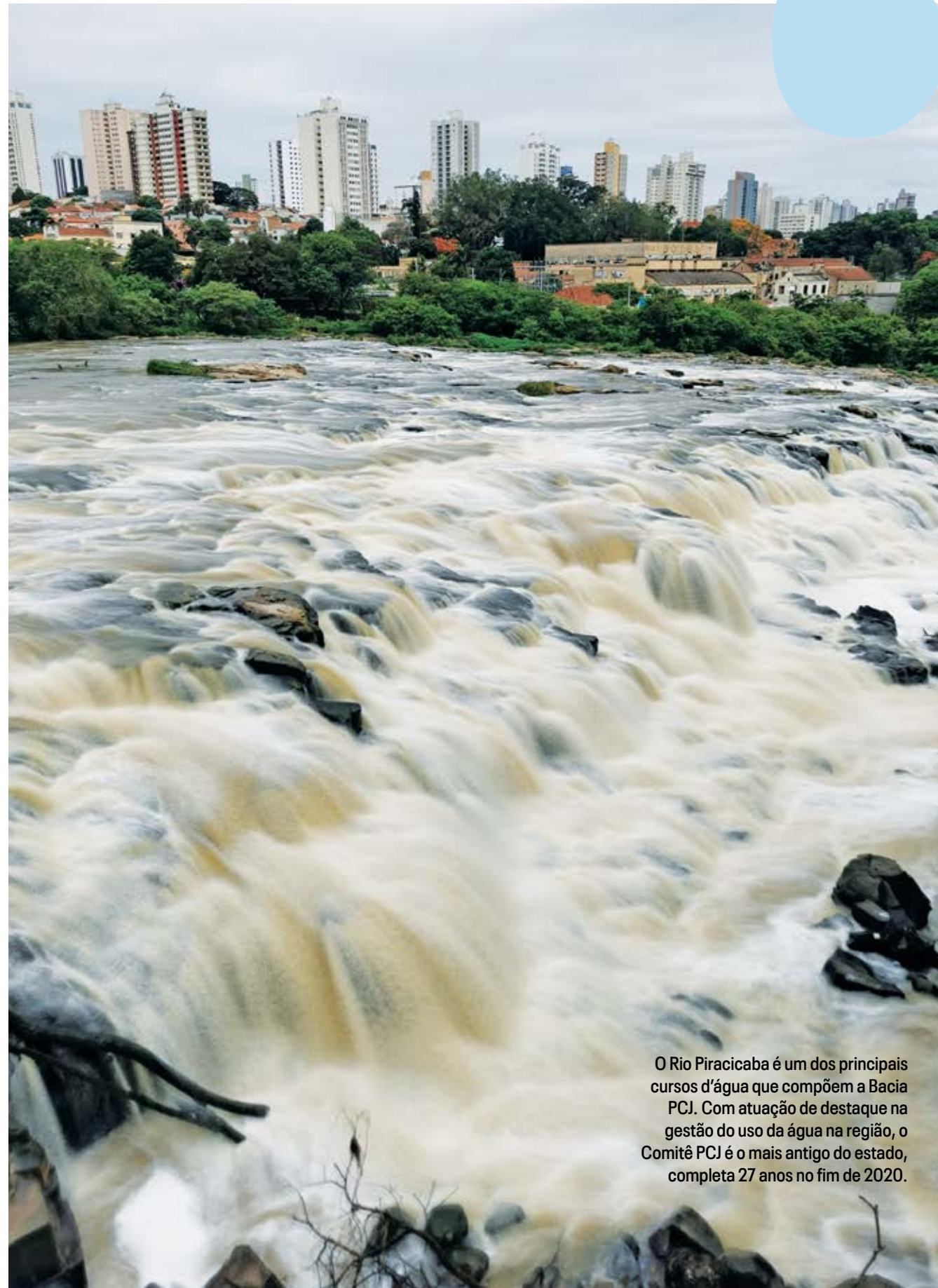
“As discussões técnicas

BACIAS HIDROGRÁFICAS QUE ABASTECEM A RMSP



FONTE: SABESP

FOTO: ADOBESTOCK / MARCOS



O Rio Piracicaba é um dos principais cursos d'água que compõem a Bacia PCJ. Com atuação de destaque na gestão do uso da água na região, o Comitê PCJ é o mais antigo do estado, completa 27 anos no fim de 2020.

A gestão de bacias deve acontecer de forma integrada e centralizada. A formação de Comitês é peça importante nessa articulação

Suzana Kahn Ribeiro, presidente do comitê científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) e cientista atuante no Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)

entre os envolvidos passam por um longo e árduo processo de negociação. Elas se estendem até que as regras operacionais sejam aceitas por todos, dentro do que a lei permite. Nesses encontros, vários interlocutores à mesa defendem seus interesses e eles são legítimos. A sabedoria está em analisar indicadores, ter consciência de onde pode ou não ceder”, reflete Monica Porto, engenheira especialista em gestão de recursos hídricos.

Suzana Kahn Ribeiro, presidente do comitê científico do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), complementa: “A gestão das bacias hidrográficas deve acontecer de forma integrada e mais centralizada. Por isso a formação de Comitês com representantes de diversas esferas e interesses múltiplos é uma peça importante nessa articulação”.

“O importante é que evoluímos e seguimos com foco em nosso norte: o Plano de Bacias Hidrográficas. Temos vários Brasis dentro do Brasil, temos várias cidades de São Paulo dentro da capital paulista. Nada é simples quando se fala em decisão para uso da água”

Helio Suleiman, diretor-presidente da Agência da Bacia do Alto Tietê

Área de reflorestamento, com plantio de mudas no Sistema Alto Tietê.

FOTO: DIVULGAÇÃO SABESP

Relações amadurecidas

A Sabesp é uma das vozes presentes com frequência nos debates relacionados à gestão de recursos hídricos. Talvez um dos vínculos mais delicados e essenciais nessa estrutura seja com os Comitês de Bacias e suas respectivas Agências. Os Comitês são o primeiro espaço para debater conflitos e interesses de forma democrática, com um objetivo comum: usar a água disponível para atender às necessidades de todos.

“Os Comitês têm reuniões trimestrais com representantes dos poderes públicos federal, estadual, municipal e da sociedade civil. Empresas, universidades, órgãos públicos, institutos de pesquisa, ONGs, pequenos agricultores, todos estão representados ali. Cada um defende sua bandeira, mas devemos encontrar um meio-termo para fazer a gestão sustentável dos recursos”, diz Sergio Razera, diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ (dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí).

A Agência de Água de uma bacia hidrográfica tem o papel de executor das decisões do Comitê. É responsável, principalmente, pela cobrança do uso da água da bacia e pela administração dos recursos arrecadados. Ela tem parceria com órgãos reguladores, institutos de pesquisa e empresas como a Sabesp, para fazerem trocas de informação sobre o monitoramento das

represas da bacia, a fim de garantir uma avaliação mais precisa da situação atual e possíveis cenários futuros.

“Já tivemos bastante polêmica no passado, amadurecemos a relação com a companhia. Ainda há pontos de divergência, principalmente sobre o uso da água, mas caminhamos bem. Estabelecemos critérios a todo momento para balizar as decisões e não sobrepor apenas o interesse em abastecer a RMSP. Há de se criar decisões que também favoreçam outras regiões fora da Metropolitana, onde a água da bacia brota, por exemplo”, completa Sergio Razera.

Seu colega da bacia vizinha, Helio Suleiman, está à frente da Agência da Bacia do Alto Tietê e comenta que “a relação da Agência com a Sabesp é muito positiva. A companhia é o principal pagador pelo recurso natural. Nas reuniões de Comitê, nota-se um tom bem político, partidário por parte dos demais representantes. Naturalmente os entendimentos entre eles são distintos, mas o importante é que evoluímos e seguimos com foco em nosso norte: o Plano de Bacias Hidrográficas. Da mesma maneira que temos vários Brasis dentro do Brasil, temos várias cidades de São Paulo dentro da capital paulista. Nada é simples quando se fala em tomada de decisão para o uso da água, mais um motivo para seguirmos planos desenvolvidos por equipes técnicas multidisciplinares”.

21

Comitês e

3

Agências de Água no estado de São Paulo

Todos estão representados no Comitê. Cada um defende sua bandeira, mas devemos encontrar um meio-termo para a gestão sustentável dos recursos

Sergio Razera, diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ

Os gestores das águas

Como em outras atividades exercidas país a fora, o uso da água está na mira de órgãos reguladores e fiscalizadores de diferentes níveis federativos. Aliás, uma das complicações para organizar o setor de abastecimento é exatamente porque as bacias hidrográficas não coincidem com os limites geográficos que demarcam estados e municípios. Nos últimos 100 anos, com o crescimento vertiginoso das cidades, com todas as mazelas que uma expansão sem planejamento desencadeia, o saneamento básico sempre correu atrás dos eixos da ocupação urbana.

A consolidação de enormes núcleos urbanos, como a RMSP, assim como os novos desafios e as novas dinâmicas de relacionamento entre entidades e empresas ligadas aos recursos hídricos, fez com que leis, decretos e monitoramento fossem revistos com frequência nas últimas décadas. Criada na virada do século 21, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional e é responsável pela implementação da gestão dos recursos hídricos em todo o país.

Ela entende que dar autonomia para os estados é fundamental. “Um dos muitos programas que temos é o Progestão, com incentivo financeiro que fortalece os órgãos estaduais. De nada adianta sermos uma cabeça forte e termos estados federativos fracos. Apoiamos e estabelecemos metas para eles, através de suas respectivas agências reguladoras e uma combinação com demais programas”, afirma Joaquim Gondim, superintendente de operações e eventos críticos da ANA e diretor substituto de hidrologia da mesma entidade.

Segundo Joaquim Gondim, “um rio que atravessa o país, passando por mais de um estado, tem que ser visto de uma maneira integrada, pois há conflito federativo. É um problema, mas também uma solução porque

obriga os parceiros a conversarem”. Ele ainda deixa claro que o papel da ANA não é regular, por exemplo, as atividades da Sabesp. Agências estaduais cumprem essa função.

Até por isso os olhares dos envolvidos na gestão de recursos hídricos também se voltam para o novo marco regulatório do saneamento. Com ele, uma empresa que atua em São Paulo, no Maranhão e em Pernambuco estará sob uma supervisão mais uniforme, dando maior segurança jurídica a quem presta esse tipo de serviço à população. Tudo monitorado a nível nacional pela ANA.

Um rio que atravessa o país tem que ser visto de maneira integrada, pois há conflito federativo. É um problema, mas também uma solução para os parceiros conversarem

Joaquim Gondim, superintendente de operações e eventos críticos da ANA e diretor substituto de hidrologia da mesma entidade

A Serra da Mantiqueira, com municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, está no radar de entidades para tornar-se um exemplo a ser seguido de restauração florestal. As ações contribuem para a segurança hídrica, a preservação da biodiversidade e para o aumento da renda de proprietários rurais.



Exigimos um serviço de boa qualidade, baseado em contratos e planejamento, mas também com preço justo para o usuário. O saneamento é um monopólio natural, precisa de órgão regulador

Helio Castro, diretor-presidente da Arsesp

No âmbito estadual, a atuação da Sabesp está no radar da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp). Ela foi montada em 2007, está vinculada ao governo paulista, e tem como principais funções controlar, fiscalizar e regular inclusive as tarifas cobradas pela companhia. “Precisamos exigir um serviço de boa qualidade, com base em planejamento e contratos, mas também com um preço justo para o usuário. O saneamento é um monopólio natural, já que não faz sentido existir concorrente. Duas redes de água de diferentes empresas? Isso seria muito caro, inviável. E sem concorrência, se não há um órgão regulador, a conta de água estaria nas alturas”, explica Helio Castro, diretor-presidente da agência.

Ele, que ainda acumula a função de diretor de regulação técnica e fiscalização dos serviços de saneamento básico na Arsesp, também pondera: “A agência precisa garantir o atendimento às metas contratuais, mas no contrato nem sempre se prevê tudo. As especificidades acontecem depois, por meio da regulamentação, sem perder o preço lógico de vista”.

Outro órgão estadual é o Departamento de

Águas e Energia Elétrica (DAEE), que gerencia os recursos hídricos do estado de São Paulo. Entre suas muitas funções, está a execução dos instrumentos de outorga (autorização para o uso) das águas. Nas bacias, onde não há Agência de Água, o DAEE também se encarrega da cobrança pelo uso do recurso natural.

Quando se fala em outorga, nos últimos anos o órgão recebeu milhares de pedidos porque também entram os cancelamentos, as renovações, as novas solicitações para poços profundos, captação superficial, construção de ponte, canalização... A lista é longa e exige análises técnica e financeira aprofundadas.

“Até 2004 funcionava uma autorização que a Sabesp tinha para o uso do Sistema Cantareira. Como a renovação envolvia bacias de outros estados, unimos equipes técnicas da ANA e do DAEE, Comitês do PCJ e Alto Tietê. Até Ministério Público e secretário estadual foram acionados. Afinal, é um sistema importantíssimo, que abastece 9 milhões de pessoas, mas também precisa atender a outros usos. Criamos regras operacionais com o suporte de consultorias, além do nosso time.

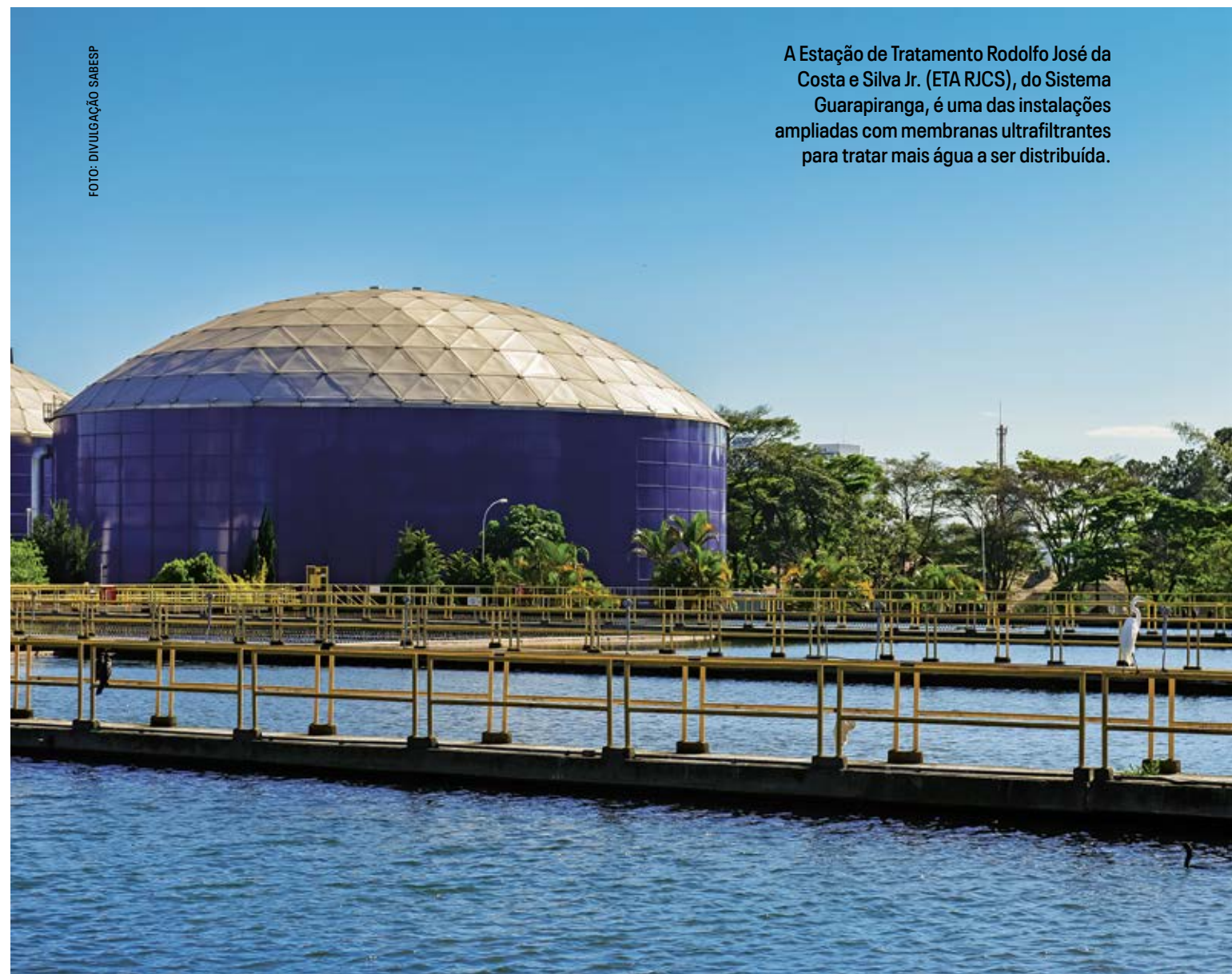


FOTO: DIVULGAÇÃO SABESP

A Estação de Tratamento Rodolfo José da Costa e Silva Jr. (ETA RJCS), do Sistema Guarapiranga, é uma das instalações ampliadas com membranas ultrafiltrantes para tratar mais água a ser distribuída.

Foi um vaivém de versões até chegarmos à final. Gestão também é gestação”, recorda-se Francisco Gusso, engenheiro da Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização do DAEE. O profissional, desde 2004, acompanha de perto a gestão do Sistema Cantareira. A outorga de 2004 venceu em 2014, mas com a crise hídrica sua renovação aconteceu em 2017. Depois de dez anos, outros tantos

grupos se sentaram para debater as regras da nova outorga, com base em planejamento e previsões de cenários.

Além da quantidade de água monitorada pelo DAEE, que também estipula vazões de referência, a qualidade da água e dos mananciais respeita os controles (incluindo licenciamento ambiental) da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e da Vigilância Sanitária.

“ Como a renovação da outorga do Sistema Cantareira envolvia bacias de outros estados, unimos equipes técnicas da ANA e do DAEE, Comitês e até Ministério Público e secretário estadual. Foi um vaivém intenso de versões até chegarmos à final. Gestão também é gestação”

Francisco Gusso, engenheiro da Diretoria de Procedimentos de Outorga e Fiscalização do DAEE



Toda a água do Sistema Cantareira passa pela Estação de Tratamento Guarapiranga, uma das maiores do país e a principal do estado paulista.



Entre diálogos e provocações

Sob a bandeira da proteção dos interesses da sociedade, o Ministério Público (MP) é uma entidade independente dos três poderes – Executivo, Judiciário e Legislativo. E na gestão de recursos hídricos, como um dos pilares a serem respeitados é a sociedade civil, naturalmente em momentos de impasse entre partes, ele pode ser acionado. Historicamente a Sabesp já precisou se justificar bastante diante de ações movidas pelo MP. Também com a intenção de levar informação para a sociedade, a imprensa divulga fatos e cobra respostas – apesar de, em muitos casos, alardear informações fora de contextos mais complexos. Normalmente os holofotes midiáticos se voltam para a Sabesp nos períodos de eventos extremos, como secas ou enchentes. A pressão de repórteres se soma aos questionamentos e embates jurídicos iniciados pelo MP. A título ilustrativo, seguem alguns números da época da crise hídrica que atingiu a RMSP, entre 2014 e 2015.

1.627 solicitações da imprensa atendidas apenas no mês de janeiro de 2015

42 processos abertos pelo Ministério Público entre 2014 e 2015

FOTOS: DIVULGAÇÃO SABESP

Vias de mão dupla

Sociedade e natureza prosperam juntas. Com isso em mente, a Sabesp orgulha-se dos resultados do Programa Cinturão Verde dos Mananciais Metropolitanos, premiado internacionalmente. Com 30 anos de existência, ele reúne ações de recuperação da cobertura vegetal e de preservação de mata nativa no entorno das represas. Um dos números mais significativos é que as áreas verdes nas propriedades da Sabesp totalizam 330 km², 94% de cobertura vegetal, o que equivale a 1,4% do remanescente de Mata Atlântica no estado de São Paulo.

Além dessa questão ambiental, cientistas do mundo acadêmico e técnicos da Sabesp extrapolam seu trabalho para aprimorar também o monitoramento do clima nos mananciais. O cuidado intenso com as áreas às margens das represas se reflete na qualidade da água bruta e também nas análises realizadas conjuntamente. Essas ricas trocas marcam presença em documentos extensos e aprofundados, como os planos diretores associados aos recursos hídricos.

O hidroclimatologista Humberto Rocha, do IAG-USP, cita um exemplo com repercussão internacional: “Fazemos experimentos de campo na região da cabeceira do Sistema Cantareira. Já é em território mineiro, mas bem perto da divisa com São Paulo. Na região existe o Projeto Conservador das Águas, uma iniciativa da prefeitura de Extrema para preservar a qualidade de seus mananciais. No local, temos instrumentos meteorológicos e hidrológicos para medir chuva, vazões, umidade do solo e outras variáveis importantes para mapear o comportamento do sistema e pensar em como isso pode interferir no abastecimento até da RMSP. É um estudo científico que exige esforço, recursos e impossível de realizar de um dia para o outro”.

Na Represa Cachoeira, dentro do Sistema Cantareira, a mata ciliar preservada convive com o plantio de nova cobertura vegetal. A Sabesp é proprietária de 330 km² – o equivalente a três vezes a capital francesa, Paris. Essa área representa 1,4% do remanescente de Mata Atlântica no estado de São Paulo.

FOTO: DIVULGAÇÃO SABESP



Esse programa é uma iniciativa conjunta, que também envolveu organizações internacionais como o braço brasileiro da The Nature Conservancy (TNC), outra forte aliada da Sabesp nas ações de conservação dos mananciais. “Esse projeto está consolidado graças às parcerias estratégicas e investimentos focados em meio ambiente. Ao recuperar mais de 1 milhão de hectares na região de Extrema, conseguimos também fomentar ati-

vidades econômicas relacionadas à restauração florestal. A intenção é multiplicar essas ações, a exemplo do Conservador da Mantiqueira, que vai envolver cerca de 300 municípios dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo”, comenta Samuel Barrêto, gerente de água da TNC Brasil.

Para a Sabesp, projetos dessa natureza são ótimos porque preservam as nascentes “e isso gera benefício qualitativo para a água que cap-

tamos. Estimulamos os Comitês de Bacias para atuarem nisso, mas a companhia não se envolve diretamente. Já pagamos pelo uso da água e desenvolvemos projetos de ampliação de cobertura vegetal em nossas áreas. Se pagarmos mais, teríamos que repassar esse custo ao cliente, o que não é justo”, avalia Marco Antonio Lopez Barros, superintendente da Unidade de Produção de Água da Diretoria Metropolitana.

“Prometemos entregar em 2022 os afluentes do Rio Pinheiros com uma qualidade de água muito boa. Esse trabalho vai melhorar também a vida de milhares de famílias que vivem às margens desses córregos”

Benedito Braga, atual diretor-presidente da Sabesp



FOTO: ADOBESTOCK / CIFTART

Ele lembra que nas áreas urbanas, a Sabesp tem parcerias com as prefeituras para tentar minimizar os danos causados pelas ocupações irregulares e suas consequências. Um desses frutos é o Programa Córrego Limpo, que recupera esses cursos d’água na RMSP. Atualmente esse projeto tem merecido destaque para o Novo Rio Pinheiros. “Prometemos entregar em 2022 os afluentes do Rio Pinheiros com uma qualidade de água muito boa. Esse trabalho vai melhorar também a vida de milhares de famílias que vivem às margens desses córregos, com mau cheiro, transmissão de doenças, água de péssima qualidade... Com o tempo, as prefeituras podem

se mobilizar para regularizar essas ocupações porque, por mais que o MP insista em realocar, não é possível fazer isso com cerca de 3 milhões de pessoas!”, afirma Benedito Braga, atual diretor-presidente da Sabesp.

Aliás, a Sabesp tem uma relação também com a Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), ligada ao governo estadual paulista e responsável pelo controle de volume do Rio Pinheiros e das represas Guarapiranga e Billings – estas últimas fazem parte de um dos sistemas produtores de abastecimento da Sabesp. A Emae ainda opera os sistemas geradores de energia elétrica da RMSP e da Baixada Santista.

As múltiplas interfaces da gestão de recursos hídricos

Conheça os principais agentes que orbitam nesse universo, que tem a água como seu principal elemento

